

Mais médicos e menos saúde

Antonio Carlos Lopes (*)

Em meados de julho, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, enviou para análise do Congresso um projeto para a criação do programa Médicos pelo Brasil.

O texto foi muitíssimo bem recebido pela sociedade por atacar de frente alguns problemas sérios da assistência à população. De forma geral, solucionaria vários desvios do programa Mais Médicos. A começar pelo estabelecimento de regras transparentes e obrigatórias para a revalidação de diplomas dos graduados fora do Brasil.

Assim, teríamos sempre boa probabilidade de o profissional a nosso dispor, se formado no exterior, ser de fato capacitado para a boa prática, pois passara por avaliação e comprovaria qualificação. Enfim, um dos focos do Médicos pelo Brasil era colocar ponto final no passe livre que alguns aventureiros usaram para vir a nosso País e exercer a Medicina, em anos recentes, sem comprovar aptidão, uma perigosa lacuna do Mais Médicos.

Como destaquei inicialmente, a propositura mereceu aplausos da classe médica e de todo o universo da saúde. Isso por também elencar critérios sólidos com vistas a resolver o histórico problema de falta de profissionais para assistir à saúde das populações de regiões remotas e periferias. Era de se esperar, portanto, que fosse acolhida no Congresso Nacional sob aplausos.

Lógico seria transformá-la rapidamente em lei, de maneira a garantir mais resolutividade ao SUS e a combater com rigor uma máfia de diplomas que age acintosamente nas áreas fronteiriças do Paraguai, Bolívia, Argentina e por aí fora. Só para ter ideia, as faculdades de Medicina localizadas nessas localidades já ultrapassam 65

mil estudantes brasileiros, reunidos em 39 instituições, o que representa mais de 1/3 do total de vagas para alunos de Medicina no Brasil, segundo o Censo da Educação Superior de 2018.

Em regra, a formação é de baixíssimo nível, já que a maioria tem estrutura precária, não possuindo laboratórios, bibliotecas e nenhum local para a prática clínica. Detalhe: as mensalidades nestas localidades estão, em média, entre R\$ 700 e R\$ 2.000, enquanto no Brasil o valor gira entre R\$ 5.000 e R\$ 12.000. Várias nem exigem vestibular para a matrícula.

Explicada está, então, a ida de tantos sonhadores para fora. Só que os mesmos, independentemente de suas vontades, viram bombas relógios. Malformados serão risco aos cidadãos, quando na linha de frente do atendimento. Ocorre que os parlamentares acionaram o artefato durante a análise da proposta pela Comissão Mista da Câmara. Retalharam o texto original e adensaram centenas de emendas novas à prática adequada da Medicina. Ao documento mutilado, batizaram-no de Projeto de Lei de Conversão 25/2019.

Semana passada, essa versão desfigurada foi aprovada, pela Câmara e o Senado, trazendo péssimas notícias aos brasileiros. A mais grave é a possibilidade de as faculdades privadas participarem do processo de revalidação, fazendo avaliações e validando diplomas obtidos no exterior. É a brecha para que pessoas sem formação adequada, graduadas em outros países, tenham diplomas revalidados e a consequente autorização legal para atuar como médicos, mediante pagamento.

Lamentavelmente, fez-se do Revalida um balcão de negócios. Teremos mais médicos e menos saúde.

(*) - É presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica.

Câmara aprova texto-base que altera regras do Imposto sobre Serviços

O Plenário da Câmara aprovou na segunda-feira (2) proposta que cria uma transição para que o Imposto sobre Serviços (ISS), a cargo dos municípios, passe a ser pago à cidade na qual os serviços são efetivamente prestados

A mudança atinge casos de empresas que têm clientes em diversos municípios, como planos de saúde e administradoras de cartão de crédito.

Segundo a transição estabelecida, até o fim de 2020, 66,5% do ISS nesses tipos de serviços ficarão com o município do local do estabelecimento do prestador do serviço e 33,5% com o município do domicílio do que contratou. Em 2021, será o inverso: 33,5% do ISS ficarão com o município do local do estabelecimento do prestador do serviço e 66,5% com o município do domicílio do contratante.

Em 2022, 15% ficarão com a cidade do prestador do serviço e 85% com o contratante. A partir de 2023, 100% do ISS ficará



A mudança atinge casos de empresas que têm clientes em diversos municípios.

com o município do domicílio de quem contratou o serviço. Todas as decisões sobre a forma como o imposto será remetido a

cada município ficarão a cargo do Comitê Gestor das Obrigações Acessórias do Imposto sobre Serviços. De autoria do

deputado Herculano Passos (MDB-SP), a proposta teve aprovação 312 deputados, com apenas um voto contra (ABR).

Gestores responsáveis por desvios em fundo de pensão

Projeto em análise na Câmara determina a responsabilização penal de gestores e dirigentes por desvios praticados na administração de planos de previdência privada, fundos de pensão públicos e de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). A proposta é de autoria do ex-senador José Aníbal, detalha a tipificação dos crimes de gestão fraudulenta e gestão temerária de instituição financeira.

A pena prevista é de 2 a 6 anos de reclusão, mais multa, para quem se envolver nesses desvios. Os órgãos gestores ou de fiscalização do setor e os eventuais interventores, liquidantes ou síndicos de massa falida deverão notificar o Ministério Público e a Polícia Federal caso detectem início de crime na área. Hoje, apenas o Banco Central e a CVM têm essa obrigação.

O texto inclui nessa regra a Susep – que fiscaliza previdência privada –, a Previc – que fiscaliza os fundos de pensão – e as unidades gestoras dos regimes próprios dos servidores. O projeto será analisado pelas comissões de Seguridade Social; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça. Depois seguirá para o Plenário (Ag. Câmara).

Rodrigo Maia recebe a maior premiação em evento da Istoé

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, recebeu a maior premiação do evento “Brasileiros do Ano 2019”, das revistas Istoé, na segunda-feira (2), na capital paulista. Ao receber a homenagem de “Brasileiro do Ano”, ele destacou a importância do Poder Legislativo.

“Nada vai mudar nesse país que não seja pelo Parlamento. Porque é a casa da democracia. O presidente da Câmara não é o presidente que executa, é o presidente que ouve, coordena e constrói maiorias. No Parlamento é que toda a sociedade está representada”, disse. Para ele, o Poder Executivo representa parte da sociedade, mas no Poder Legislativo estão todos os pensamentos da sociedade.

“Nós não podemos mais ter um Estado em que as somas dos impostos e transferências reduzam a nossa desigualdade em só 4%”. Criticou o sistema



Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

tributário atual, afirmando que ele “tributa mais o consumo e menos a renda, mais uma vez tributando mais os brasileiros mais simples e beneficiando a elite da sociedade brasileira, da qual fazemos parte”, disse. O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, também foi homenageado no evento, recebendo o prêmio de “Empreendedor do Ano na Economia”.

Participaram do evento o procurador da República, Del-

tan Dallagnol, que recebeu o prêmio de “Brasileiro do Ano na Justiça”; Luciano Bivar, presidente do PSL; Bruno Araújo, presidente do PSDB, os ex-ministros Carlos Alberto Santos Cruz e Gustavo Bebianno; a deputada Tábata Amaral; além de dirigentes e representantes de empresas; além de artistas premiados como João Soares, Paolla Oliveira, Marina Ruy Barbosa, Luan Santana (ABR).

Premiê do Iraque renuncia em meio a protestos



Adel Abdul Mahdi: fora do poder no Iraque.

O parlamento do Iraque aprovou a renúncia do premiê Adel Abdul Mahdi, mas os protestos contra o governo prosseguem por todo o país. Multidões frustradas com a situação de alto nível de desemprego no país e serviços públicos insuficientes começaram as manifestações antigoverno no início de outubro.

Até agora, 380 pessoas morreram e 16 mil ficaram feridas nos confrontos com as forças de segurança. Abdul Mahdi havia manifestado sua intenção de deixar o poder no

mês passado. Sob os termos da Constituição, o presidente Barham Salih deverá solicitar ao maior bloco no parlamento que indique um candidato para o posto de premiê.

Contudo, um processo difícil deverá acontecer, uma vez que o parlamento está congestionado com pequenos partidos. Os que protestam insistem que a renúncia de Abdul Mahdi não é suficiente. Eles tencionam continuar sua campanha, exigindo uma nova eleição parlamentar e uma melhoria dos serviços públicos (NHK/ABR).

Weintraub: Pisa mostra a ineficiência de gestões passadas

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse ontem (3) que o desempenho abaixo do esperado do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) é responsabilidade dos governos anteriores. “Estamos estagnados desde 2009, estatisticamente com o mesmo desempenho no Pisa”, argumentou em coletiva de imprensa.

“O governo do PT construiu [ao lado do ministério] a lápide da educação, que é o mural do Paulo Freire. Ele representa esse fracasso absoluto”, acrescentou. “Em matemática, o Brasil ficou em último lugar na América do Sul, empatado com a Argentina. Em ciências ficou em último lugar, também empatado com a Argentina e Peru. E em leitura ficamos à frente apenas de Argentina e Peru”, disse Weintraub.

“É difícil piorar porque já estamos na parte de baixo da tabela”, complementou o presidente do Inep, Alexan-



Estudantes brasileiros tiraram notas baixas em exame internacional.

dre Lopes. “Nosso objetivo é mudar isso. Vocês vão ver que o ponto de inflexão será 2019, graças à nova política nacional de educação, aos treinamentos e capacitações que serão implementadas ano que vem, por meio da internet, e pela expansão do ensino em tempo integral”, disse Weintraub.

As escolas técnicas também ajudarão o Brasil a melhorar seu desempenho nas próximas avaliações do Pisa, segundo Weintraub. “Cinquenta por cento dos jovens na Europa fazem ensino técnico. No Brasil, apenas 8%. O número caiu nos últimos anos, de 2 milhões para 1,8 milhão. Nós estamos aumentando para 3,4 milhões” (ABR).

Cora Coralina pode batizar homenagem a escritores

A poetisa e contista goiana Cora Coralina (1889-1985) pode batizar uma homenagem do Senado a escritores e escritoras de literatura e poesia. A Comissão de Educação aprovou ontem (3) o projeto que cria a Comenda Cora Coralina. A proposta, sugerida pela senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), segue para análise da Comissão Diretora da Casa.

A comenda, acompanhada de diploma de menção honrosa, será concedida pelo Senado a três escritores brasileiros por ano. Qualquer senador poderá indicar candidatos, a serem avaliados pelo Conselho da Comenda Cora Coralina, que será composto por

um representante de cada partido político com representação na Casa. Ao defender o projeto, Rose destacou seu desejo de reavivar a memória da poetisa.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF), relator do projeto, elogiou a iniciativa. Na análise do mérito, assinalou o destaque nacional conquistado pela poeta Cora Coralina desde que o também poeta Carlos Drummond de Andrade a apontou como ‘a jóia rara de Goiás’. Cora Coralina é o pseudônimo utilizado pela talentosíssima escritora, contista e poetisa Anna Lins dos Guimarães Peixoto Bretas para publicar e assinar as suas obras (Ag.Senado).

Projeto beneficia catadores de lixo reciclável

A Comissão de Meio Ambiente do Senado tem reunião deliberativa hoje (4), com 14 itens na pauta de votações. Entre eles, está o projeto que estabelece que grandes geradores de resíduos sólidos como shoppings, supermercados e restaurantes ficarão obrigados a destinar o lixo reciclável que produzem a associações, cooperativas ou organizações de catadores que tenham infraestrutura para separar e classificar os resíduos.

De autoria da senadora licenciada Rose de Freitas (Podemos-ES), a proposta exige que a destinação do material reciclável dessas empresas passe a constar em seus planos de gerenciamento

de resíduos sólidos. Com isso, as associações de catadores serão beneficiadas, uma vez que o lixo produzido pelos grandes geradores é mais fácil de ser processado para reciclagem já que estas empresas contam com uma logística organizada de pré-seleção e triagem de materiais.

O voto do relator, senador Jaques Wagner (PT-BA), é pela aprovação do projeto, sem alterações. Também pode ser votado o projeto do senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), que determina que as edificações públicas destinadas ao funcionamento de órgãos e entidades da União deverão ter recipientes para a separação dos resíduos sólidos recicláveis (Ag.Senado).

CPI das Fake News ouve a deputada Joice Hasselmann

A CPI das Fake News que investiga notícias falsas nas redes sociais e assédio virtual, marcou para hoje (4) audiência com a deputada federal Joice Hasselmann (PSL-SP), ex-líder do governo no Congresso. Será a terceira tentativa de receber a deputada, que foi chamada em outubro para falar à CPI mas cancelou os dois primeiros agendamentos, nos dias 12 e 20 de novembro. Como o requerimento para ouvi-la foi um convite, ela não está obrigada a comparecer.

Joice foi convidada pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE) quatro dias depois ser destituída da liderança do governo no Congresso, cargo que ocupava desde o início do ano. Ela foi substituída pelo senador Eduardo Gomes (MDB-TO). Rogério relatou que, depois de deixar a liderança, a deputada publicou em redes sociais que o presidente Jair Bolsonaro tem uma “milícia virtual” para intimidar críticos, opositores e dissidentes.

A CPI das Fake News já ouviu duas outras pessoas que romperam com o governo Bolsonaro: o deputado Alexandre Frota (PSDB-SP) e o general Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria de Governo da Presidência. Ambos criticaram a influência do círculo pessoal do presidente e questionaram as estratégias de comunicação do grupo (Ag.Senado).